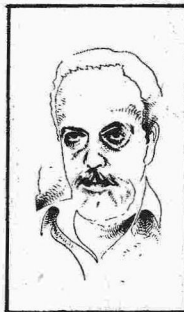


## Espaço aberto

# O casulo dos <sup>Elucap</sup>presidenciáveis

LUIZ CARLOS LISBOA



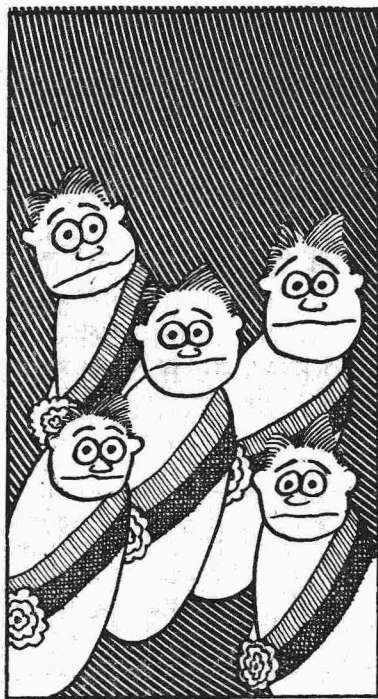
Se, como quer Freeman, "a História é a política que passou, e a política é a História que passa", nossos homens públicos e candidatos não oficializados à presidência vão deixar para a posteridade a triste e conhecida

imagem do aspirante ao poder para quem todos os meios são bons, desde que os fins sejam apeteceáveis. Com uma previsão inflacionária do mês na marca dos 29%, com o caminho da hiperinflação aplainado por múltiplas irresponsabilidades semeadas aqui e ali, com a política do "feijão-com-arroz" fazendo água e com a necessidade reconhecida de contenção de gastos por parte de um governo que se deixa drenar como a vítima apaixonada de um vampiro, esses antigos personagens insistem em fazer da liberalidade e da ganância sua plataforma de voo.

A vênua é feita, infelizmente, com o chapéu alheio — o nosso chapéu —, na forma de aumentos obtidos para determinado ministério, na negociação concessiva com burocratas em greve, na pressão para rolar "de pai para filho" uma dívida externa estadual. Deputado, ministro e governador (todos candidatos a rei) fazem dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento seu alvo predileto, saco de pancadas da União, não apenas porque supõem que o País concentra sua irritação e seu descontentamento nos responsáveis pela situação econômica da Pátria, fáceis de "malhar", como principalmente porque os ministros Mailson e Abreu têm sido uma barreira às pretensões dos atiradores. Mas, de frente para o público, a cena é representada de outra forma: os ministros da área econômica não desperdiçam tempo e energia falando dessas rugas, e os presidenciáveis negam tudo, naturalmente, de modo que suas relações com o governo podem ser preservadas e as fontes possíveis de abastecimento podem ser mantidas, para apertos futuros. Habilidades e conveniências à parte, todos sabem que agora é preciso esperar que as eleições municipais acabem, deixando livre a raia da competição que interessa de fato esses contendores.

O político brasileiro tradicional,

que na militância aprendeu o que vale a pena fazer e o que é indispensável que faça, conhecendo claramente a diferença entre as duas coisas, é um irredento, alguém que pelos próprios condicionamentos não pôde ser resgatado para uma nova concepção política, inspirada na vocação e na paixão de administrar. Para os velhos políticos brasileiros (inclusive alguns que já nasceram nessa condição, o que é uma pena), vocação pública é isso que eles de fato possuem: a vaga idéia de que são talhados para o poder, de que no momento saberão decidir, de que a felicidade geral pode vir pelas suas mãos, de que sua "carreira" e o des-



tino do País estão ligados de algum modo obscuro, mas inevitável. Essas ilusões e o hábito de gozar do poder não são censuráveis em si mesmos nem maculam com sua presença um caráter. É a Nação que perde com essas miragens de alguns dos seus filhos, na medida em que deixa de se beneficiar com uma verdadeira política e uma administração mais moderna.

O longo processo de elaboração da nova Carta Constitucional brasileira foi bem ilustrativo do velho pensamento político nacional. Os anais da Assembleia Nacional Constituinte vão de fato fazer História, mas, à medida que o tempo correr, há de ficar evidente que aquela crônica não será complacente com seus

elaboradores, mesmo com aqueles assíduos e talvez principalmente com esses, mais responsáveis que os omissos. O futuro dirá com espanto que "política era isso", e por comparação vai achar doce e justo seu próprio tempo, vindo na diferença uma enorme evolução.

As negociações que cercaram a feitura da Constituição ora vigente dão a medida justa do que as cabeças constituintes definiam como política, vida pública, vontade popular, democracia, campanha eleitoral, interesse nacional, soberania, direito de voto, ad infinitum. Mas a vitrine da Constituinte não vai servir apenas como "balão do tempo" para que nossos descendentes saibam mais acerca do mundo em que sofremos e sobrevivemos: ela é didática para os que vão votar no próximo mês, em prefeitos e vereadores, e no ano que vem, em congressistas e no presidente.

Um candidato à Presidência da República (entre os muitos que atestam, ainda não confessos por questão de "política", mas firmes no seu propósito) não consegue pensar como um eleitor de presidente da República, e essa é sua grande deficiência. Porque o eleitor sabe, de modo intuitivo, que é preciso eleger um homem desapegado, que não esteja pensando na própria carreira, ou no prazer que os altos cargos proporcionam, ou ainda nas carícias que o ego recebe e que depois não dispensa facilmente. O eleitor é sábio nas suas intenções, mas às vezes é enganado pelas manhas do seu escolhido, de maneira a cair nas esperelelas da política viciosa. Os presidenciáveis num regime presidencialista tecem mitos a seu redor, como o bicho-da-seda faz seu casulo, e nós todos somos enganados pela esperança de ver uma borboleta emergir dos fios de seda de uma campanha eleitoral.

No Brasil de hoje, cansado de mágicas e de miragens, paira no ar o ceticismo novo dos que aprendem todos os dias com antigas encenações, com surradas pantomimas. Mais cedo do que se pensa, esses aprendizes vão exigir dos candidatos que pensem como eleitores de candidatos, não como atores em véspera de estréia, decorando ainda suas falas, preocupados com a plateia e a crítica.

Luiz Carlos Lisboa é jornalista e escritor.